



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Banco do Conhecimento

Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais (DGCON/DIJUR)
Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE)

Data de atualização: 1/2/2011

DILIGÊNCIA

SÚMULA TJ Nº 71

O JUIZ NÃO ESTÁ OBRIGADO A DEFERIR DILIGÊNCIAS QUE, JUSTIFICADAMENTE, ENTENDER DESNECESSÁRIAS OU IMPERTINENTES.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE (ART. 122 RI) Nº [2002.203.00001](#) (ENUNCIADO CRIMINAL Nº 04, DO TJRJ) – JULGAMENTO EM 04/08/2003 – VOTAÇÃO: UNÂNIME – RELATOR: DES. J. C. MURTA RIBEIRO – REGISTRO DE ACÓRDÃO EM 05/03/2004 – FLS. 565/572.

(VER: [PROCESSO PENAL](#))

ENUNCIADO – ATO TJ Nº SN12

ENUNCIADO 44 - NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS, NÃO SÃO DEVIDAS DESPESAS PARA EFEITO DO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS, INCLUSIVE, QUANDO DA EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS.

(VER: [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[ATO TJ Nº SN12, DE 23/06/2010](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº SN23

6.2 - PARA ATENDER AOS PRINCÍPIOS DE INFORMALIDADE, CELERIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL DOS JECS, OS OFICIAIS DE JUSTIÇA DEVERÃO CUMPRIR DILIGÊNCIAS NAS COMARCAS CONTÍGUAS E NAS QUE SE SITUAM NA MESMA REGIÃO METROPOLITANA.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[AVISO TJ Nº 23, DE 02/07/2008](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 43

10 - É POSSÍVEL, EXCEPCIONALMENTE, A DEVOLUÇÃO DO TERMO CIRCUNSTANCIADO À DELEGACIA DE POLÍCIA, ESPECIFICANDO-SE QUAIS AS DILIGÊNCIAS QUE DEVERÃO SER REALIZADAS, SEM A NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL, MANTENDO-SE A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL - (I EJMP)

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[AVISO TJ Nº 43, DE 04/09/2006](#)

ENUNCIADO – ATO VEP Nº SN1

ENUNCIADO Nº. 04: "A CONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE, ASSIM COMO A REVOGAÇÃO DO SURSIS E DO LIVRAMENTO CONDICIONAL, PREVISTOS, RESPECTIVAMENTE, NOS ARTIGOS 44, PARÁG. 4º., 81, PARÁG. 1º. E 87, TODOS DO CÓDIGO PENAL, NÃO ESTÁ CONDICIONADA À REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS DESTINADAS À LOCALIZAÇÃO DE APENADO NÃO ENCONTRADO NO ENDEREÇO INFORMADO NO PROCESSO."

(VER: [PENA](#), [SUSPENSÃO PROCESSUAL](#))

[ATO VEP Nº SN1, DE 19/02/2004](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 47

8. NA PESQUISA DE BENS DO EXECUTADO, ADMITE-SE A EXPEDICAO DE OFICIOS, INCLUSIVE A RECEITA FEDERAL, DESDE QUE EXAURIDOS OS MEIOS PROPRIOS DE QUE DISPOE O CREDOR.

(VER: [EXECUÇÃO](#))

[AVISO TJ Nº 47, DE 19/09/2001](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 46

11) CABERÁ AO OFICIAL DE JUSTIÇA DILIGENCIAR, NO ENDEREÇO INDICADO PELO CREDOR, A LOCALIZAÇÃO DA EXECUTADA E DE SEUS SÓCIOS. EM CASO DE CERTIDÃO NEGATIVA, PROCEDER-SE-Á, DE IMEDIATO, À CITAÇÃO POR EDITAL, DESNECESSÁRIO QUE A FAZENDA PÚBLICA PROCURE NOVO ENDEREÇO.

(VER: [CITAÇÃO OU INTIMAÇÃO](#), [FAZENDA PÚBLICA](#))

[AVISO TJ Nº 46, DE 15/09/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 4

ENUNCIADO Nº XXVI – O DESPACHO DE ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS NÃO INIBE O JULGAMENTO NO ESTADO DO PROCESSO, NOS TERMOS DO ART. 130 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

(VER: [PROVA](#))

[AVISO CGJ Nº 4, DE 11/01/1993](#)